

Memórias ressignificadas: “Casa das Onze Janelas” de Belém local de prisão ditatorial

Resignified memories: “Casa das Onze Janelas” in Belém, place of dictatorial prison

Nuevos recuerdos: “Casa das Onze Janelas” de Belém lugar de prisión dictatorial

Pere Petit Peñarrocha*

Carolina Silva da Costa**

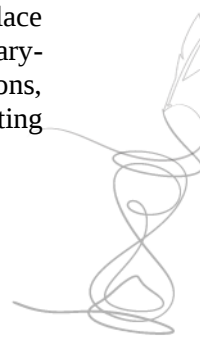
* Professor Titular da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, tem experiência na área de História, com ênfase em História do Tempo Presente da Amazônia, principalmente em pesquisas de história regional, local, social, política e econômica do estado do Pará.

** Graduada em Licenciatura Plena em História, com ênfase em pesquisa na Amazônia. Pós-graduanda em Gestão Educacional (ESAMAZ). Mestre em História Social, UFPA.

Resumo: Partindo do paradoxo local de memória que também produz desmemória, correspondente ao atual Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, localizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, que em seu passado repressivo abrigou a 5ª Companhia de Guardas, local que foi utilizado como espaço de interrogatório e prisão de presos políticos após o golpe militar-civil de 31 de março de 1964. Buscamos compreender as disputas de memórias nas relações de poder, no que diz respeito a temas sensíveis, como a ditadura militar no Brasil em 1964-1985, indicando como as ressignificações podem produzir esquecimentos a serviço dos aparelhos do Estado. De caráter qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia da hermenêutica de profundidade, com análise de jornais, entrevista com presos políticos encaminhados para a 5ª Companhia de Guardas e documentação oficial.

Palavras-chave: Ditadura Militar Belém do Pará; 5ª Companhia de Guardas; Espaço Cultural Casa das Onze Janelas; Memórias; Ressignificações; Esquecimento.

Abstract: Starting from the paradoxical location of memory that also produces memorylessness, corresponding to the current Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, located in the Cidade Velha neighborhood of Belém do Pará, which in its repressive past housed the 5th Guards Company, a place that was used as a space for interrogation and imprisonment of political prisoners after the military-civilian coup of March 31, 1964. We seek to understand the disputes of memories in power relations, with regard to sensitive topics, such as the military dictatorship in Brazil in 1964-1985, indicating



how resignifications can produce forgetfulness in the service of the State apparatus. Of a qualitative nature, the research was developed based on the methodology of in-depth hermeneutics, with analysis of newspapers, interviews with political prisoners sent to the 5th Guards Company and official documentation.

Keywords: Military Dictatorship Belém do Pará; 5th Guards Company; Espaço Cultural Casa das Onze Janelas; Memories; Resignifications; Oblivion.

Resumen: Partiendo de la paradoja local de la memoria que también produce falta de memoria, correspondiente al actual Espaço Cultural hogar de once ventanas, ubicado en el barrio casco antiguo de Belém do Pará, que en su pasado represivo albergó la V Compañía de Guardias, una lugar que fue utilizado como espacio de interrogatorio y encarcelamiento de presos políticos luego del golpe militar-civil del 31 de marzo de 1964. Buscamos entender las disputas por los recuerdos en las relaciones de fuerza, en torno a temas sensibles, como la dictadura militar en Brasil de 1964-1985, que indica cómo las resignificaciones pueden producir olvidos al servicio del aparato del Estado. De carácter cualitativo, la investigación se desarrolló utilizando la metodología de la hermenéutica profunda, con análisis de periódicos, entrevistas a presos políticos enviados a la V Compañía de Guardia y documentación oficial.

Palabras clave: Dictadura Militar de Belém do Pará; Quinta Compañía de Guardias; Espaço Cultural hogar de once ventanas; Recuerdos; Resignificaciones; Olvido.

Introdução

A relação entre a memória e o esquecimento em ativa competição, interesses e exclusões, são resultados de ações de poder (Chagas, 1997, p. 44), a “proibição” de lembrar é alimentada no argumento de paz e apaziguamento, sobretudo, quando relatados eventos passados que foram ‘traumáticos’ por um histórico de narrativas coletivas manipuláveis, que passaram ser modificadas pelas representações públicas na construção da famigerada ‘memória oficial’. Ocorrendo assim: seleção ou um apagamento dos acontecimentos.

O Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, localizado no bairro da Cidade Velha em Belém do Pará, que passou por todo um processo de musealização e revitalização, carrega em seu histórico paradoxal a atuação como local de memória que produz o esquecimento, quando se pretende esquecer o passado repressivo da Casa das Onze Janelas quanto albergava a 5ª Companhia de Guardas, local que foi utilizado como prisão de presos políticos após o golpe militar-civil de 31 de março de 1964.

Recordemos que entre os que foram encaminhados para interrogatório à 5ª Companhia de Guardas estavam, entre outros, Pedro Galvão, Jesus de Paes Loureiro, Ruy

Barata, Raimundo Jinkings, Itair Silva, José Seráfico de Carvalho, Benedito Monteiro, José Dantas, Sandoval Barbosa, Sá Pereira, Manoel Bulcão e Serrão Castro, Adelino Cerqueira, Francisco Costa e Avelino Vale. Tratava-se, principalmente, de lideranças sindicais, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da União Acadêmica de Estudantes do Pará (UAP).

Na linha histórica de diversos incômodos, atribui-se a ditadura militar no Brasil um campo sensível por suas “pontas soltas”, pois se tratou de um período de mudanças e controles sociais perdurados por vinte e um anos, porém, ainda incompleto em sua transparência de acontecimentos pretéritos (Bauer, 2017). No qual demanda a problematização e resgate a fim de alimentar a historiografia, pois estas foram silenciadas, esquecidas e ressignificadas, não só nas lembranças individuais, como nos campos físicos: os locais de prisão, torturas e assassinatos.

Ainda que a maioria de brasileiros sejam defensores do sistema democrático, a repressão, torturas, prisão e assassinatos da ditadura militar (1964-1985) continuam a incomodar, visto que as feridas não foram tratadas (Araujo, 2016). O silêncio sobre as experiências históricas solidificou o esquecimento em largas camadas, que pode ser explicado por alguns pontos: a aceitação da nova realidade e interesses; a negativa de revisitar o passado na garantia de sobrevivência, mesmo que novo regime estivesse em vigor; e a própria Lei da Anistia, que determinava o perdão mútuo, deixando assim uma lacuna histórica ainda pouco explorada nos estudos científicos (Fico, 2004), como foi o esquecimento através do silenciamento em diversos espaços, tal qual ocorre a exemplo na Casa das Onze Janelas.

Articulando e apoiando o golpe de Estado no Pará

Na noite do dia 30 de março de 1964, um dia antes do levante militar em Minas Gerais, um grupo de jovens regimentados pelo tenente-coronel Jarbas Passarinho tentou impedir o ato de abertura do I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), que foi realizado em Belém no auditório da Faculdade de Odontologia. A invasão do local deveria ter acontecido em sincronia com a ação da Polícia Militar, cuja incumbência seria agredir e prender aqueles que não tivessem lenços brancos amarrados no pescoço. Por alguma feliz razão, as pessoas com lenços brancos invadiram o auditório antes do combinado com oficiais da PM.

Para participar do SLARDES, chegaram a Belém estudantes argentinos, bolivianos, colombianos, guianenses, venezuelanos e peruanos, integrantes da diretoria nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE) e estudantes de diferentes municípios paraenses e de outros estados do país. O seminário foi organizado pela UNE a União Acadêmica de Estudantes do Pará (Galvão, 2004, p. 21). Jarbas Passarinho, que se transformou no principal articulador dos golpistas no Pará¹, confirma a existência de um grupo de pessoas lideradas por ele e pelo major Antônio José do Carmo Ramos – ambos oficiais do Estado-Maior do Exército em Belém –, que estavam se preparando para o confronto, que, segundo eles, “parecia inevitável” com os “comunistas e simpatizantes”.

As reuniões tinham caráter clandestino, para fugir da delação e da vigilância dos esquerdistas. Usávamos o saguão de uma fábrica de refrigerantes (...). Defendíamos o princípio de que a segurança interna não era assunto privativo das Forças Armadas, cabendo-nos o esclarecimento da opinião pública sobre a realidade do comunismo mundial, o desmascaramento das infiltrações, a identificação das organizações de fachada (...). Nossos grupos, já então se aproximando de cem integrantes (...), eram constituídos de jovens, em geral: advogados, médicos, engenheiros, economistas, professores universitários, funcionários públicos, comerciantes. (Passarinho, 1990, p. 93 e p.96-97)

No dia 31 de março, o governador do Pará, Aurélio do Carmo, e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, encontravam-se no Rio de Janeiro participando da Convenção Nacional do Partido Social Democrático (PSD). Na tarde desse mesmo dia, o governador manifestou a sua oposição ao movimento militar de Minas Gerais: “[As] Forças Armadas e o povo brasileiro não permitirão que a democracia seja aviltada e que a mudança de regime seja concretizada por desejo de uma minoria insignificante”, não acreditando “no êxito de qualquer tentativa de solução extralegal para os problemas brasileiros” e julgava indispensável que se fizessem “as reformas de base, reclamadas pelo país”. (O Liberal. Belém 01/04/1964)

Às 21 horas da noite do dia 31, o general Orlando Ramagem, Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), reuniu-se, no Quartel-General do CMA em Belém, com as principais autoridades militares, Armando Serra de Menezes (Comandante da 1ª Zona Aérea) e Boris Markense (Subcomandante do 4º Distrito Naval). Jarbas Passarinho sugeriu a imediata ocupação de Belém e a prisão dos líderes do Comando Geral dos

¹ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu no dia 11 de janeiro de 1920, em Xapuri (Acre). Ingressou na Escola de Cadetes em 1939. Eleito governador do Pará em junho de 1964, exerceu esse cargo até janeiro de 1966. Foi também ministro de Trabalho e Previdência Social (Governo Costa e Silva), de Educação (Governo Médici), da Previdência e Assistência Social (Governo João Figueiredo) e de Justiça (Governo Collor).

Trabalhadores (CGT), sindicato liderado por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas a sua sugestão foi...

... julgada prematura pelo brigadeiro Serra de Menezes (...). Encerrada a reunião, o comandante da Polícia Militar, coronel Iran, tentaram colocar em execução o nosso plano de ação (...), mas o vice-governador (...) negou cobertura à ação da Polícia Militar. (Passarinho, 1996, p. 179)

Até as primeiras horas da tarde do dia 1º de abril, Ramagem continuava, ainda, muito reticente em apoiar o golpe de Estado, mas a partir da sua conversa, por radioamador, com o Quartel-General do II Exército, concretamente com o major Vinícius Krueel, sobrinho do general Amaury Krueel², por volta das 15 horas desse mesmo dia, o general Ramagem aderiu ao golpe.

O vice-governador do Pará, Newton Miranda (PSD), alegando que estava esperando a definição do governador, continuava relutando em apoiar publicamente aos golpistas, como fora sugerido pelo Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Quando a maioria das lideranças nacionais do PSD – entre as quais Juscelino Kubitschek e Aurélio do Carmo – decidiram apoiar o afastamento de João Goulart da Presidência da República, Newton Miranda aceitou que o seu nome fosse incluído entre os signatários do *Manifesto ao Povo do Pará*, que foi subscrito também pelo general Orlando Gomes Ramagem, o brigadeiro Armando de Menezes e o comandante Boris Markense. Nos primeiros parágrafos do manifesto, cuja redação foi encomendada pelo general Ramagem a Jarbas Passarinho, lia-se:

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais (...), que logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não-derramamento de sangue dos amazônidas, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiados e enxovalhados pela mais despudorada demagogia e pela deplorável ausência de espírito público.

² O general Amaury Krueel, comandante do II Exército (São Paulo-Mato Grosso), considerado um dos homens de confiança do esquema militar de João Goulart, exigiu que o presidente rompesse com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e que fossem excluídos do governo os ministros Abelardo Jurema (Justiça) e Darcy Ribeiro (Chefe da Casa Civil). Ao não aceitar o presidente essas exigências, na noite do dia 31, Krueel optou por colaborar com os golpistas.

Conscientes da gravidade da sua decisão perante a história que os há de julgar, Governo do Pará e Comandantes Militares em serviço na Amazônia, proclamaram-se enfaticamente contra o despotismo que se pretendeu instaurar no Brasil para servir ao comunismo internacional. (*Folha do Norte*, 02/04/1964)

Nas primeiras horas da manhã do dia 1º de abril, a polícia dispersou uma manifestação de “um numeroso grupo de estivadores no centro da cidade” (*Folha do Norte*, Belém, 03/04/1964) e membros dos sindicatos dos petroleiros, marítimos, bancários, rodoviários, telegráficos, que se mantinham em estado permanente de vigília ou alerta. Durante a tarde e noite desse mesmo dia, as sedes dos sindicatos dos petroleiros e dos bancários foram ocupadas por oficiais e soldados do Exército e a sede do sindicato dos estivadores por fuzileiros navais.

Na tarde desse mesmo dia, o coronel da PM, José Lopes de Oliveira (“Peixe-agulha”), recebeu ordens de prender os “subversivos”. À noite do dia 1º de abril, a sede da UAP foi invadida por ordem de Jarbas Passarinho. As lideranças do movimento estudantil de Belém, que publicaram seus textos no livro *1964–Relatos Subversivos* (Nunes *et. al.*, 2004), afirmam que o ataque à sede da UAP foi o principal ato simbólico da vitória dos golpistas e um dos momentos mais traumáticos das suas vidas e da história do movimento estudantil paraense. O processo ditatorial parecia que não tinha mais volta. Segundo o então estudante Ruy Antônio Barata:

Como o golpe praticamente consumado, os vitoriosos de Belém agora podiam sair da toca e exibir bravura. Colocando as tropas nas ruas iriam a exterminar, de uma vez por todas, os terroristas que enxergavam até na hora de dormir. Saíram à cata do paiol de munições dos comunistas e não encontraram nem revólver de brinquedo, pois não havia. Em compensação, a operação de cerco e invasão da UAP no início daquela noite, seria pura glória revolucionária (Barata, 2004, p. 282).

Repressão, Prisões na Casa das Onze Janelas

Aproximadamente mais de 300 pessoas foram presas no Pará durante os meses de abril a junho de 1964. A maioria era de estudantes universitários, lideranças sindicais e militantes do PCB e da Ação Popular (AP), não apenas para a o Espaço Cultural das Onze Janelas, mas para os mais de dez presídios ativos durante o período, que hoje exercem funções diferentes e escondem em suas revitalizações a favor do uso estadual os contornos das disputas de memória.

A maioria dos presos políticos foram direcionados aos diferentes presídios e instituições militares de Belém: 5ª Companhia de Guardas³, os presídios São José Liberto e da Ilha de Cotijuba; Quartel-General da 8ª Região Militar; Quartel-General da Aeronáutica; Arsenal da Marinha; 2º Batalhão de Infantaria; Base Aérea Val de Cans; 26º Batalhão do Exército. Ao findar o mês de junho, a maioria dos detidos foi posta em liberdade. Não foi esse o caso, entre outros, do presidente do Sindicato dos Petroleiros, Carlos Sá Pereira, preso na noite do dia 1º de abril, e Benedito Monteiro, que permaneceram encarcerados até finais de 1964⁴. Também foi preso o ex-deputado federal Ruy Barata, ambos do PCB. O deputado estadual Benedito Monteiro conseguiu fugir de Belém, mas foi preso no município de Alenquer no dia 15 de abril. Um dia antes, o seu mandato já tinha sido cassado pela Assembleia Legislativa “por unanimidade de trinta e quatro votos, em uma reunião especialmente convocada para esse fim” (*Folha do Norte*. Belém, 15/04/1964). Raimundo Jinkings, presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá e presidente regional do CGT, foi preso em Belém no dia 29 de abril (*A Província do Pará*. Belém, 30/04/1964).



Figura 1: 5ª Companhia de Guardas. Fonte: Blog da disciplina do curso de História da Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins (2014). Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=142028>

³ Ilustrada na figura 1 no período correspondente à ditadura militar de 1964.

⁴ Entre 1964 e 1985, segundo informações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), os diferentes órgãos de repressão da ditadura foram responsáveis por 434 mortes de opositores políticos. A CNV identificou também a 377 agentes públicos como autores dos crimes. (Potter, 2019)

Paes Loureiro, um dos encaminhados para a 5ª Companhia de Guardas, fala sobre sua angústia ao pensar que foi “passada uma borracha” após a restauração e nova proposta para o espaço que antes atuou dentro do momento de duras torturas, “tapas na cara e ameaças de não deixar dormir a noite inteira” (Loureiro, 2008). E que seu principal incômodo está no fato de que não há sequer uma citação sobre sua atuação ou sobre os destinos definidos ali durante a vigência do golpe, tudo anulado e transformado para o benefício de empresas particulares.

Até hoje eu tenho muito mal-estar, por exemplo, ali na famosa Casa das Onze Janelas, que foi transformado num lugar festivo, quando ali foi um lugar de prisões, de torturas, um lugar, digamos assim, um dos polos de atuação da fase militar (...) mais duras e que isso ficou esquecido pela restauração do prédio, ficou completamente digamos assim, como passando uma borracha em cima. Não há registro das pessoas que foram presas nos lugares e onde eram as celas que a gente ficava preso, e lá eu sofri torturas no sentido de tapas na cara e ameaças, de não deixar dormir a noite inteira, exatamente o lugar onde é restaurante hoje. Ali quando a gente entra, naquela porta da esquerda era a porta das celas onde a gente ficava... Os banheiros também, eram contíguos. Você tinha a continuidade do chão que após um esboço de porta, você tinha as privadas, que eram daquelas privadas cavadas no chão mesmo, para você ficar acorado nela. Então tudo isso, que é uma marca forte da história, ficou anulado ali e que um prédio com está significação histórica foi transformado num prédio de puro lazer festivo para benefício de empresas particulares (Loureiro, 2018 apud Cunha, 2008, p. 20-21).

Pedro Galvão, também encaminhado para o edifício da 5ª Companhia de Guardas, relata:

Fui jogado nas masmorras, e a porta se fechou atrás de mim com um clanc. Era a porta da cela da Quinta Companhia, com um postigo no alto e mais duzentos anos no costado de acapu. A primeira porta à esquerda de quem entra na Casa das Onze, só que hoje é de um elegante vidro fumê, e por ela se ingressa no Boteco das Onze (...). Na tarde daquele mesmo dia, já numa cela e numa cama menos sombrias, fui acordado, lembro-me que com uma voz cuidadosa e amigável, pelo tenente-coronel Jarbas Passarinho, que me levou para conversar com o mesmo general Orlando Ramagem na véspera. (Galvão, 2004, p. 26-27)

Por isso, falar da 5ª Companhia de Guardas na sua função de repressão e prisão é relembrar um passado de dor e revolta, pois, ao ponto de que hoje é representação do requinte da elite paraense, tem por trás de sua estrutura rústica e sofisticada as lembranças que insistem em ser reveladas por aqueles que viveram episódios de torturas físicas ou psicológicas no local.

O “Espaço cultural da Casa das Onze Janelas” de Belém do Pará e suas ressignificações

Em 2002, a Casa das Onze Janelas foi integrado ao Programa *Monumenta*⁵, programa que visava recuperar sítios históricos das cidades brasileiras para gerir e cuidar o patrimônio material brasileiro e estimular o turismo-cultural no país. O Secretário de Cultura Paulo Chaves do governo paraense, responsável por aplicar os processos de revitalizações dos usos e pontos turísticos de Belém, afirmava que os projetos de restaurações viviam a chamada “Era Cultural” e que essa concepção vinha crescendo no Brasil desde 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ou seja, tomar símbolos que representam a identidade de um povo desenvolve estratégias que visam a educação, a comunicação, inclusão e o turismo, pois por serem espaços históricos abertos ao público, carregam o discurso sobre o que se quer preservar, resgatar.

O mapa apresentado abaixo indica geograficamente o complexo Feliz Lusitânia com seus componentes que formam o núcleo inicial do centro histórico de Belém: (1) Casa das Onze Janelas; (2) Forte do Castelo; (3) Igreja de Santo Alexandre: hoje configura-se como Museu de Arte Sacra; (4) Igreja da Sé.

⁵ O Programa *Monumenta* foi anunciado em 1997, mas só em janeiro de 1999 veio a público a controvérsia entre Ministério da Cultura (MinC) e IPHAN, quando o Ministro da Cultura Francisco Weffort remodelou a estrutura do Ministério, vinculando o IPHAN à nova Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e criando a Coordenadoria do Programa *Monumenta*. Esta coordenadoria está diretamente vinculada ao MinC, acima do IPHAN. Através desta manobra, o IPHAN perdeu poder enquanto órgão gestor do Patrimônio Nacional, e suas ações devem sujeitar-se aos interesses do Ministério da Cultura e, em síntese, do próprio governo federal. (Miranda, 2006, p. 46)



Figura 2: Complexo Feliz Lusitânia (Belém do Pará). Fonte: Acervo pessoal, sob supervisão técnica dos autores, 2023.

Tombado pelo IPHAN, este núcleo é considerado o ponto de surgimento da cidade de Belém, por isso, um centro histórico com papel fundamental de repassar aos visitantes o primeiro contato com os europeus através da sensibilização da identidade cultural. Canclini (1994) afirma que o Estado utiliza essa sensibilização cultural baseada em quatro pilares: o mercado, a conservação monumental, o participacionista e o substancialista. Mercado é o atendimento estético da restauração com fins recreativos, complementado com o objetivo monumentalista de conservar. O aspecto participacionista utiliza a revitalização para atender às demandas sociais, ou seja, converter o seu uso a serviço do Estado, julgado apenas pelo valor que têm em si, substancialista, independente da ressignificação.

Na aplicação do programa, Paulo Chaves, iniciou na capital a chamada “Era Cultural”, estabelecida no Brasil desde 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e tombou diversos símbolos de representação identitária paraense, nas estratégias que visavam a educação, a comunicação, inclusão e o turismo, pois, por serem espaços históricos abertos ao público.

Em aplicabilidade do objetivo governamental, os espaços da Casa das Onze Janelas foram subdivididos em salas destinadas a exposições culturais, Laboratório de Artes, sala Ruy Meira para exposições de longa duração, biblioteca e o “Boteco das Onze”, hoje restaurante Casa do Saulo, que faz referência ao período medieval e recebe a nata paraense para eventos gastronômicos.

Recordemos que a Casa das Onze Janelas exerceu diferentes funções desde que foi construída no século XVIII como moradia do senhor de engenho Domingos Costa Bacelar. Posteriormente, comprado pelo governador Francisco Ataíde Teive, o prédio passou a servir como Hospital Real Militar, sofrendo assim sua primeira reestruturação estrutural sob os comandos do arquiteto italiano José Antônio Landi.

A Casa das Onze Janelas representa um local de memória que produz esquecimento, quando engrenado pelo poder, seleciona quais partes divulgar do seu papel determinante no destino dos subversivos que eram encaminhados para prestar depoimentos, bem como por vezes, aprisionar membros da resistência ao regime, já explicitado nestes parágrafos anteriores, na afirmativa de que o local usa da celebração das memórias culturais suavizadas para não divulgar de forma clara e específica de que no mesmo local diversas pessoas de oposição à ditadura militar foram presas.

No entanto, nos últimos anos, devido às vigentes produções, diálogos e combate aos esquecimentos, foi desenvolvido em 2024, sob iniciativa da Secretaria de Cultura e a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos, um Seminário em rememoração aos 60 anos da ditadura de 1964, e uma das ações foi a colação de uma placa que identifica a Casa das Onze Janelas como local de prisão nos anos da ditadura militar.

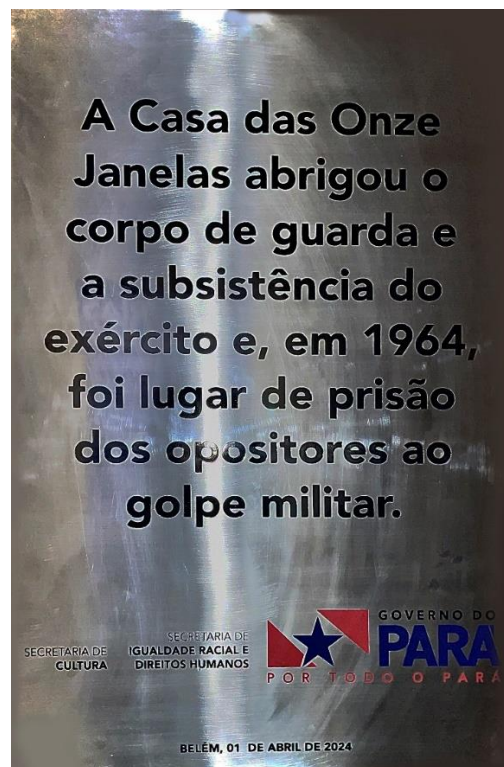


Figura 3: Placa de identificação da 5ª Companhia de Guardas. Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2024.

Um passo essencial para o combate ao acordo estabelecido quando promulgada a Lei da Anistia, em agosto de 1979, sobre prerrogativa de “perdoar” e não revisitar juridicamente o passado conflituoso da ditadura e mostrar a vontade do governo de dar continuidade ao processo de abertura política, mas também teve como objetivo frear a crescente oposição à ditadura militar, a luta em defesa dos direitos humanos no país, a liberdade dos presos políticos.

Considerações Finais

Ao discorrer das funções da memória social, amnésia estrutural na construção da identidade nacional, como é o caso da ditadura no Brasil, há uma movimentação diversa de possibilidades e usos, subsequente à destruição do conhecimento histórico. Verificamos que na maioria dos casos há uma luta contra os acontecimentos relacionados ao momento, como se certas versões não representassem as partes. Do lado militar, não é interessante lembrar dos crimes contra os direitos humanos cometidos. Do lado da resistência, há um protesto contra a impunidade e a glorificação em monumentos, ruas,

praças que fazem alusão a sujeitos ativos do regime, demarcando um claro cenário de disputas entre os atingidos pela ditadura e o Estado.

Lembrar e esquecer significa selecionar a memória, logo, nesta ação há uma intervenção social que molda o discurso de acordo com a versão com que deseja passar, resultando em ações coletivas que atuam em assuntos sensíveis e conflituosos. Se considerarmos os processos de negociação da memória oficial, na escolha do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, há um claro indicativo de hierarquização dos vencedores sobre os vencidos. Porém, Foucault (1997, p. 91) afirma que onde há memória, há esquecimento provocado pelo poder, e onde há poder, há resistência. Ou seja, essas disputas possuem contornos cronológicos, espaciais, políticos de interesse, o que dificulta o resgate e novos registros dos que lutam pela verdade e pela justiça, mas que, no fim, não conseguem pará-lo.

A memória, portanto, seja ela individual ou coletiva, do presente ou do passado, por conta dos diversos agentes envolvidos, não se trata de uma realidade única, mas carregada de subjetividades e interpretações afetadas pelo tempo, local e grupos de poder (Halbwachs, 2006). Le Goff (1996) afirma que há duas histórias, a produzida pela memória coletiva, por ele considerada como essencialmente temática, deformada e anacrônica, mas que tem a relação entre o passado e o presente sem fim. E a outra é a história científica, a construída pelos historiadores, que se posicionam contra as versões tradicionais falseadas. Assim, a memória passa a ser um ponto importante para a preservação da experiência histórica, portanto, a forma com que este fenômeno for moldado resultará nos discursos e tradições passados para as gerações futuras.

O Espaço Cultural Casa das Onze Janelas é a própria personificação como campo de transformação da memória em esquecimento, a favor de uma versão histórica: a de apaziguamento, quando ela esquece seu passado repressivo quanto a 5ª Companhia de Guardas, local de torturas, aprisionamentos e transforma em ponto festivo de encontros sociais sem a instrução ou comunicação dos fatos ocorridos ali. Cabe ao historiador encarar os seus objetos de estudo como resultado da luta de interesses políticos, econômico, sociais e ideológicos, abordando todas as suas faces de forma crítica e se posicionando ao passado e ao presente como um reflexo das percepções, pertencimento e interpretação.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. P. N. Redemocratização e justiça de transição no Brasil. **Studia Historica. História Contemporânea**, v. 33, Salamanca (Espanha), p. 67-85, 2015.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 30/04/1964.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, Historiadores e a Comissão da Verdade. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2018.

BRASIL, **Lei nº 6.683, 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em:

<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110286/lei-de-anistia-lei-6683-79>>.

Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL, **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CANCLINI, Garcia N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, nº 23. São Paulo, p. 94-115, 1994.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 19. Lisboa, p. 43-81, 1997.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Comissão Nacional da Verdade** (Vol. 1). Brasília: CNV, 2014.

CORDEIRO, Janaína. Milagre, Comemorações e Consenso ditatorial no Brasil, 1972. **Confluence**, v. 4, nº 2, p. 82-102, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/file:///C:/Users/petit/Downloads/thalion,+3432-8609-1-CE%20(1).pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

_____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, v. 28, nº 47, p. 43-59, 2012.

_____. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, nº 4, p. 318-333, 2010. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/revista-anistia/>>. Acesso: 09 jan. 2023.

FOLHA DO NORTE. *Manifesto ao Povo do Pará*. Belém, 02/04/1964.

_____. *Manifesto ao Povo do Pará*. Belém, 03/04/1964.

_____. *Manifesto ao Povo do Pará*. Belém, 15/04/1964.

FONTES, Edilza Joana. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias. **Opsis**, v. 14, nº 1, Catalão- GO, p. 340-360, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1997.

FREUD, Sigmund. Beyond the Pleasure Principle. In: James Strachey (org.), **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. London: Hogarth Press, v. 18, p. 3-64, 1955.

GALVÃO, Pedro. Vencidos e vencedores. In: NUNES, André Costa et al. **196 4– Relatos Subversivos**: os estudantes e golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, p. 14-41, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, nº 28, p. 180-193, 1995.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2ª ed. 2013.

KETTLE, Wesley Oliveira. **Espaço São José Liberto como “patrimônio difícil”**: desafios para o ensino de História. Dossiê. UFPA, 2021.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LOUREIRO, Paes. Entrevista concedida, 2008. In: CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um Olhar à Cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. **Illuminuras**, v. 10, nº 23, 2009.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do Patrimônio Cultural em Belém. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/1825/1/Tese_CidadeVelhaFeliz.pdf. Acesso em: 12/01/2023.

NUNES, André et. al. 1964. **Relatos subversivos**: os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Edição Dos Autores, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e Crimes Contra a Humanidade**. Adotada pela Resolução 2391 da Assembleia Geral em 26 de novembro de 1968. Entrada em vigor: 11 de novembro de 1970. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/genocidio/conv68.htm>. Acesso em: 22/01/2023.

PRADAL, Fernanda Ferreira. Lutas de memórias e projetos na disputa pelo antigo departamento de ordem política e social (DOPS) do Rio de Janeiro. **Conserveries**

Mémorielles [Enligne], nº 20, 2017. Disponível em:
<<http://journals.openedition.org/cm/2651>>. Acesso: 27/08/2024.

PASSARINHO, Jarbas. **Na Planície**. Belém: CEJUP, 1990.

_____. **Um Híbrido Fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 3ª edição 1996.

RIBEIRO, Jonatan da Silva. A casa da Morte em Petrópolis: O patrimônio de uma memória traumática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. São Paulo, v. 7, nº 8., 2021. Disponível em:
<<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1932/775>> Acesso em: 27/08/2024 p. 133-146.